

## **EDUCAÇÃO INFANTIL NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DUAS PROFESSORAS**

Tâmara Bárbara Batista Santos<sup>1</sup>  
Wilza Yara Carneiro Lins<sup>2</sup>

### **Resumo**

O texto relata experiências vivenciadas por duas professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil de Maceió durante o período de distanciamento social, devido a pandemia do Covid-19, em que as interações passaram a ser realizadas de forma remota. Apresenta a trajetória e o enfrentamento de dificuldades diante da nova situação imposta à educação. Reflete sobre questões pedagógicas e sociais que influenciaram de forma negativa ou positivamente para garantir interações com as crianças e seus responsáveis e socializa algumas experiências pedagógicas em que as crianças participaram de maneira espontânea com a mediação realizada por suas famílias. A reflexão sobre essa vivência contribuiu também para analisar aspectos referentes à relação escola e família e evidenciar temáticas importantes e necessárias para a formação continuada, visando a atualização dos profissionais da educação.

Palavras-chave: educação infantil; ensino remoto; pandemia.

### **INTRODUÇÃO**

O ano de 2020 foi marcado por uma Emergência de Saúde Pública de importância internacional. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia de Covid-19, devido a intensa disseminação do vírus Sars-Cov-2, o novo coronavírus.

Em 20 de março do referido ano, o Senado aprovou o projeto de decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil, dando início às primeiras medidas para o enfrentamento à pandemia. Com isso, todos os Estados brasileiros deveriam tomar as medidas necessárias para evitar a disseminação do vírus em prol da saúde pública. Entretanto, o município de Maceió já havia publicado seu primeiro decreto - nº 8.846 - em 17 de março, onde declarava medidas preventivas, entre elas a suspensão das atividades educacionais nas escolas municipais. Com o decreto de Nº. 8.853, publicado em 23 de março, foi instituído o regime de teletrabalho e ponto facultativo para os servidores municipais, exceto para os serviços essenciais. Diante dessa realidade, a equipe escolar passou a se perguntar como a educação

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Universidade Federal de Alagoas, tamarasantos@semmed.maceio.al.gov.br.

<sup>2</sup> Pedagoga, Universidade Federal de Alagoas, wilzalins@semmed.maceio.al.gov.br.

infantil pública atenderia ao regime de teletrabalho? Como poderíamos garantir os direitos legais assegurados à educação infantil às nossas crianças em um período pandêmico e por meio do teletrabalho? De acordo com o artigo 29 da seção II da LDB,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Foram muitos questionamentos e, mesmo sem respostas, a busca por possibilitar essas garantias nos levou a experimentar o que será relatado a seguir. Este relato de experiência tem o objetivo de apresentar a vivência de duas professoras de um Centro de Educação Municipal de Educação Infantil – CMEI - localizado na cidade de Maceió, no bairro Trapiche da Barra, no período de pandemia, em que as interações com o público escolar, famílias e crianças, aconteceram de forma remota. O referido CMEI atende a modalidade de educação infantil, especificamente, 1º e 2º períodos, com crianças de 4 e 5 anos de idade, respectivamente, nos turnos manhã e tarde. A maioria das famílias das crianças possuem a renda econômica proveniente do trabalho informal e de benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Para o desenvolvimento desse relato, além da exposição da vivência, foram realizados estudos de documentos que embasam a educação infantil, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC -, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, o Referencial Curricular do Município de Maceió para a Educação Infantil – RCM - e o Projeto Político Pedagógico do CMEI. Refletindo sobre essa experiência, foi possível inferir sobre aspectos fundamentais à educação infantil, como a importância da relação entre escola e família; a primordialidade da formação continuada; a disponibilização de recursos para o melhor desempenho da função docente; além de uma possível elaboração de orientações para o ensino remoto.

### **Contexto pandêmico**

Com a instituição do teletrabalho, a Secretaria de Educação de Maceió – SEMED - orientou aos CMEI que o trabalho pedagógico durante o tempo de distanciamento social e as interações com as crianças deveriam ser realizados de forma remota, a partir do uso de ferramentas tecnológicas, como os smartphones e a internet.

Dessa tentativa de solucionar ou amenizar a situação, de forma a possibilitar às crianças o acesso à educação e aos profissionais o exercício de suas funções, surgiram dúvidas e inquietações sobre o desenvolvimento das interações remotas, pois, até então, eram confundidas com a educação a distância, sendo essa uma modalidade de ensino não orientada para a educação infantil, conforme declarado pelo Ministério da Educação:

A educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior. (MEC, 2005, online).

Sendo assim, o ensino remoto foi adotado como uma medida emergencial para atender a realidade escolar no contexto de pandemia, sendo uma opção temporária, assim como explica a professora Patrícia Alejandra Behar,

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado. (BEHAR, 2020, online).

Com o esclarecimento referente ao ensino remoto, surgiram outras inquietações sobre como iríamos interagir com as crianças, como abordar as temáticas e realizar propostas pedagógicas a fim de atender as especificidades da educação infantil; sobre o uso de ferramentas tecnológicas, como os aplicativos para gravação e edição de vídeos; qual seria o canal de interação; se as famílias teriam smartphones e acesso à internet e se nós mesmas teríamos o acesso à internet suficiente para o desenvolvimento dessas interações. Essas foram questões que se perpetuaram durante um tempo, mesmo após o início das interações, pois as respostas foram sendo identificadas com o tempo e com a vivência dessa realidade.

### **Início das interações remotas**

Em reunião com a equipe pedagógica, foi decidido que o Facebook seria o canal utilizado para as interações remotas, incluindo, além das propostas pedagógicas, comunicados escolares referentes ao que envolvia toda a situação atual. Este seria o meio oficial de comunicação entre o CMEI e as famílias das crianças matriculadas.

Para iniciarmos as interações com as crianças de forma remota, foi necessário entrarmos em contato por chamada telefônica com os responsáveis pelas crianças, fazendo uso de recursos pessoais. Cada professora identificou os números de contato dos responsáveis pelas crianças por meio de suas fichas de matrícula, hospedadas em um sistema digital. As turmas eram compostas pela média de 14 crianças, entretanto, poucos foram os contatos estabelecidos com sucesso. Percebemos que muitas crianças não conviviam com os responsáveis registrados nas matrículas, alguns telefones pareciam não funcionar, pois as chamadas não eram completadas; outros contatos deram acesso a pessoas que não conheciam a criança, e ainda havia números de telefones públicos. Com isso, a quantidade de crianças que participariam das interações era restrita. Nas ligações que tivemos sucesso, explicamos para os responsáveis pelas crianças, normalmente, as mães, que a equipe de professoras estaria realizando propostas de experiências pedagógicas por meio de um grupo pertencente ao CMEI, no Facebook, com o objetivo de não privar as crianças das possibilidades de estímulos para os seus desenvolvimentos, mesmo no contexto em que nos encontrávamos, e que a participação da família seria fundamental, já que se tratava da educação infantil. Esclarecemos que seriam experiências possíveis de serem realizadas em casa e reafirmamos a importância da mediação dessas propostas por um adulto, a fim de realizar a ponte entre a criança e o universo educacional.

Com as famílias de acordo, iniciamos as postagens, porém as interações não aconteciam efetivamente, pois as famílias não nos davam retorno. Era possível ver que algumas pessoas que compunham o grupo visualizavam as postagens, dessa forma, sabíamos que aquelas estavam com acesso à internet. Durante o período de abril a dezembro de 2020, além do contato por meio do grupo, realizamos ligações telefônicas a fim de orientar as famílias e motivá-las a participar das interações, porém vários fatores que as impossibilitavam nos foram apresentados, como a própria falta de internet e de smartphone ou ainda a indisponibilidade do aparelho, já que, às vezes, a família só tinha um que era compartilhado com outros filhos; a falta de tempo para a realização das propostas devido ao trabalho, os afazeres domésticos ou porque a criança estava na casa de algum familiar, como avós e madrinhas.

### **Mudança para o Whatsapp**

Com o final do ano letivo de 2020 e com o início de 2021, as práticas foram revistas, já tínhamos uma breve experiência e que pôde nos direcionar para analisar, refletir e traçar novos planos a fim de mobilizar a participação das famílias e suas crianças.

No ato da matrícula em 2021, os responsáveis pelas crianças foram informados sobre o grupo do Facebook e que este era o meio de comunicação e interações pedagógicas. Para reforçar essa informação, as professoras entraram em contato via chamada telefônica com os responsáveis, da mesma forma que foi feita com as turmas de 2020. Nesse período foi solicitado pela SEMED que cada CMEI elaborasse um questionário diagnóstico, a ser preenchido pelos responsáveis das crianças, para que pudéssemos conhecer melhor cada realidade. O questionário foi publicado no Facebook, porém poucas foram as famílias que o responderam. Dessa forma, voltamos a entrar em contato por chamada telefônica e, assim, obtivemos mais êxito.

Diante da evidência de que a interação pelo Facebook não estava atendendo ao mínimo esperado, em consonância com a equipe de gestão, ficou acordado em reunião pedagógica que utilizaríamos o Whatsapp como meio para as interações pedagógicas e comunicados, dado que esse recurso já é uma realidade na vida de muitas pessoas. Cada professora teria o seu grupo e realizaria postagens diárias, de segunda a sexta, propondo experiências pedagógicas, interagindo com as famílias e as crianças em um horário determinado de 4 horas diárias, em um turno específico. Este período foi estabelecido a fim de organizar e otimizar o tempo e a comunicação, não sendo obrigatórias a comunicação durante todo esse horário. Desta forma, nós, professoras, ficávamos a disposição durante esse momento. As famílias e as crianças costumavam interagir conforme as suas disponibilidades, algumas no início do turno, outras no meio e outras no final.

Percebemos que as interações alcançaram o mínimo de participação esperada, as crianças e os seus responsáveis participavam de forma irregular, alguns com mais frequência, outros não. Em alguns dias, não tínhamos retorno por parte dos adultos e, conseqüentemente, também das crianças. De toda forma, obtivemos mais êxito ao utilizarmos o Whatsapp. Assim, quando necessário, estabelecíamos contato de forma individual com cada responsável, a fim de identificarmos os motivos da não participação, estes eram semelhantes aos que experimentamos no período em que o Facebook foi utilizado. Mesmo com o desejo da participação assídua, entendemos que era necessário compreendermos essa realidade, não aceitando de forma passiva, mas acolhendo de forma afetuosa cada criança e adulto que interagiu no grupo ou por meio do contato individual, respeitando os seus motivos, mesmo que não fossem legítimos e sempre buscando dar o nosso melhor dentro das possibilidades do ensino remoto.

Vale a pena salientar que em 2021 permanecemos utilizando recursos próprios para a realização das interações remotas e que tivemos como dificuldades a falta de internet em determinados momentos, bem como a falta de energia elétrica e o fato dos próprios smartphones não serem adequados para o trabalho.

### **O lar como espaço escolar**

Apesar da necessidade da participação das famílias e das crianças, tínhamos a compreensão de que essa interação não poderia ser uma obrigação, pois o uso dos smartphones e a comunicação a distância pode se tornar cansativa para a criança, além das outras dificuldades aqui já apresentadas. Em alguns momentos, os responsáveis pelas crianças nos informavam que a criança não estava disposta a participar, não queria ser fotografada, gravar áudio ou vídeos, por exemplo.

Diante dessa realidade, procuramos sempre deixar clara a importância da família tentar realizar as propostas com as crianças, ainda que nós não tivéssemos a comprovação da realização. Orientávamos aos adultos para que eles pudessem propô-las para as crianças de uma maneira lúdica, não como uma obrigação de atividade escolar, e em um melhor momento para a família. De acordo com a BNCC Brasil (2018), o direito à interação permite à criança desenvolver a criatividade, a expressar-se, a conhecer o mundo, a relacionar-se com o outro e perceber as sensações. Esses direitos estão relacionados com a autonomia da criança, dela escolher com quem brincar, com o que brincar, fazer suas descobertas, serem ouvidas. O distanciamento não nos permitiu fazer observações autênticas sobre essa espontaneidade da criança, das várias expressões que ela apresenta no seu modo de falar, de opinar, no seu brincar, na demonstração de seus sentimentos. Para que seja possível observar as manifestações da criança a fim de conhecê-la melhor e atuar em prol do seu desenvolvimento, é necessário um ambiente que proporcione estímulos correspondentes a necessidade da criança, conforme é orientado no RCM (2020, p. 99) quando cita como aspectos necessários para uma instituição de Educação Infantil a “organização de ambientes e dos objetos neles contidos, para que sejam espaços de vida das crianças, considerando suas realidades, suas necessidades, seus desejos”.

Durante as interações remotas foram propostas experiências com a intencionalidade de promover o agir espontâneo da criança, a possibilidade de criar, imaginar, se expressar, mas os resultados vinham com intervenções dos adultos. As falas das crianças eram reproduções do que os adultos lhe orientavam a falar, foram raros os momentos em que foi possível

percebermos a espontaneidade por parte das crianças, desde a realização de um reconto ao rabiscar de um desenho. Dessa forma, era difícil obtermos elementos que nos desse base para promover maiores estímulos a partir das próprias manifestações da criança. As diferentes expressões da criança nas experiências eram de grande importância para que pudéssemos apreender mais do seu mundo. O RCM relaciona de forma direta a relação entre as manifestações da criança e as possibilidades de experiências a serem propostas a ela:

Na medida em que as interações ocorrem, o professor, por meio do olhar cuidadoso de observador, identifica quais as ações e reações entre os pares, com os adultos, com os objetos, o modo como as crianças se relacionam e quais são os sentidos atribuídos a cada gesto e ação, seja individualmente, seja na relação com o outro. É nessa relação pedagógica atenta que o(a) docente define suas escolhas e na qual reside a intencionalidade pedagógica de promover experiências significativas de aprendizagem e de desenvolvimento infantil. (MACEIÓ, 2020, p. 100).

Temos a consciência e o conhecimento de que a educação escolar não é papel da família, os familiares das crianças não possuem o olhar de uma professora, não têm a didática para direcionar um trabalho pedagógico; essa nossa observação não é uma crítica, mas uma análise de como não foi possível avaliar o desenvolvimento das experiências e as expressões das crianças, situações estas que poderiam contribuir com a aprendizagem e que sabemos que a criança é capaz de realizar sozinha, desde que esteja em um contexto propício.

Um outro enfrentamento foi a estranheza dos pais em relação à proposta pedagógica, principalmente daqueles cujos filhos estavam iniciando no CMEI. Os familiares das crianças perguntavam pela lição e se precisavam comprar caderno, nos cobrando atividades que eles consideravam mais concretas e de alfabetização. Em suas falas percebíamos uma ansiedade para que a criança aprendesse símbolos gráficos como letras e números, a ler e a escrever. O que fazer para que os pais compreendessem que as propostas de experiências enviadas, se mediadas, poderiam contribuir para novas aprendizagens? Aos poucos, e de forma simples, fomos enviando nos grupos e no privado dos familiares algumas orientações sobre a prática pedagógica na educação infantil e da proposta da nossa Rede, através de áudio, textos e vídeos educativos para que eles conhecessem e refletissem sobre as diversas formas de aprender da criança, porém, poucos familiares mantinham diálogo sobre as questões pedagógicas.

## **Por trás das câmeras**

As propostas de experiências foram baseadas nas orientações da Rede formada pela SEMED e a proposta pedagógica do CMEI, além das necessidades do contexto das crianças, identificadas por nós, professoras, a partir da possível observação do que tínhamos de devolutiva por parte das famílias e refletindo sobre os aspectos pertinentes à situação do ensino remoto e da pandemia.

Diante das nossas observações e dos anseios em face da realidade, era comum nos questionarmos sobre como motivar a participação dos familiares e, conseqüentemente, das crianças; quais estratégias poderíamos utilizar para que eles fizessem uma parceria mais efetiva com a escola; o que as famílias esperavam da escola nessas interações remotas, quais suas necessidades nesse tempo de tanta indecisão, medos, angústias, incertezas. Nosso interesse não era só enviar sugestões de interações, mas conhecer melhor as crianças, como elas estavam emocionalmente, se tinham outras crianças na família para elas interagirem, enfim, de que modo poderíamos contribuir para que a criança e a família se sentissem acolhidas. Em poucos momentos alguns familiares, como de costume as mães, nos deram alguns feedbacks quanto as nossas práticas e o significado delas para a família e a criança. A partir dessas poucas falas, pudemos perceber se estávamos no caminho certo, validar as estratégias e ter ideias para diferentes abordagens e temáticas a serem trabalhadas.

Um fato importante de ser exposto por ser corriqueiro entre as nossas turmas, foram as indagações das mães quanto ao retorno das aulas presenciais e informações sobre programas sociais do governo destinados aquele público. Alguns dos questionamentos pareciam serem realizados em tom de cobrança, sentíamos como se essas responsabilidades fossem transferidas para nós, professoras, nos causando uma sobrecarga emocional. Muitas falas eram reclamações pelo não retorno às aulas presenciais e pelas dificuldades em receber os pagamentos dos benefícios.

Além de passarmos por tantos dilemas relacionados a esses aspectos citados e os técnicos para organização das aulas remotas, tínhamos nossas angústias pessoais diante da realidade que todo o mundo estava vivendo. Muitas vezes não estávamos dispostas emocionalmente para gravar vídeos motivadores para as crianças, devido à falta de devolutiva por parte das famílias e por situações emergentes de perdas de amigos, familiares doentes, o medo, a incerteza, indecisões e a nossa própria saúde, que em muitos momentos foi debilitada pela ansiedade e, até mesmo, pelo contágio do Covid-19. Também tivemos que lidar com o luto

nas famílias das crianças, de seus amigos e vizinhos, o que tornava difícil a motivação para participarem das interações remotas.

### **Planejamento, recursos e propostas**

Devido as circunstâncias que a pandemia nos trouxe, o mundo precisou se reinventar, com a educação não foi diferente, em especial, a infantil e pública. A falta de recursos e de estratégias para atender ao contexto no qual fomos inseridas foi motivo de inquietações, ansiedade e angústia.

Em meio as dificuldades, encontramos caminhos através das trocas de ideias e experiências entre as demais professoras, das orientações realizadas pela coordenação pedagógica, de estudos e das famosas *lives*<sup>3</sup>, algumas por iniciativa da SEMED, como modo de manter a formação continuada em vigência e de dar suporte às nossas práticas; outras que buscamos como forma de não somente encontrarmos respostas para as angústias, mas principalmente, para melhor exercer a função de professoras, tão necessária nesse momento. Com esse suporte, as nossas propostas pedagógicas puderam ser ajustadas às necessidades e possibilidades do contexto. Não propomos que as famílias ensinassem às crianças o A E I O U ou a ler e a escrever. O ensino dessas habilidades não é o foco da proposta pedagógica da nossa Rede, nem tampouco seria pertinente que as famílias realizassem qualquer tipo de mediação nesse sentido, como mencionado anteriormente. A proposta pedagógica do CMEI está em consonância com os documentos normativos que a regem, como a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular de Maceió.

Dessa forma, foi decidido, de forma coletiva, elaborar um documento único do sistema municipal que contemplasse as etapas e modalidades da educação básica e envolvesse os temas contemporâneos transversais e as concepções educacionais de aprendizagem consideradas mais importantes para constar deste referencial. Assim, o olhar da rede se amplia. Constitui-se num olhar sistêmico diante do que está disposto na BNCC, no qual devem constar todas as habilidades e competências expostas na base e corroboradas no ReCAL. (MACEIÓ, 2020, p. 15).

A criança aprende vivenciando e uma das principais e melhores estratégias para esse aprendizado é o brincar. Assim, como está presente no Referencial Curricular de Maceió:

A brincadeira, como um eixo do currículo, avança que os bebês e as crianças apoiam-se nos processos imaginativos e criativos para aprender. Dessa forma,

---

<sup>3</sup> Que se refere aos eventos que, gravados ao vivo, são transmitidos remotamente, de maneira virtual.  
Fonte: <https://www.dicio.com.br/live/>

a aprendizagem não se dá pela transmissão da informação, mas por meio das interações, o outro eixo do nosso currículo. (MACEIÓ, 2020, p. 48).

Brincando a criança inventa, descobre, analisa, se relaciona consigo e com o mundo. A brincadeira é possível em todo lugar, a criança brinca até mesmo em situações e espaços em que o adulto, muitas vezes, não enxerga essa potencialidade. As nossas propostas foram embasadas no brincar. Propomos diversas e diferentes experiências de pesquisa, de análise, reflexivas e dialógicas, de movimento, literárias, musicais, mas todas com o brincar como plano de fundo. Outra característica marcante das propostas foi a necessidade da interação entre os membros familiares. O nosso objetivo foi aproximar os adultos da realidade da educação, da importância de eles conhecerem como a criança está se desenvolvendo, bem como a intenção de promover a relação família e escola para esse momento e para o futuro. Sobre a interação entre família e escola Piaget (1972/2000) faz uma observação que nos possibilita refletir sobre a necessidade de uma comunicação mais próxima entre as duas instituições.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades...” (PIAGET, 1972, p.50).

Por meio das experiências que propomos, as crianças tiveram as possibilidades de explorar os espaços da sua moradia e do seu entorno, observar formas e cores, reconhecer e explorar a natureza colhendo folhas secas, gravetos, observar as plantas, o vento, o sol, identificar a presença de seres vivos como os insetos, realizar atividade física e movimentos para o melhor desenvolvimento da coordenação motora. As experiências envolviam materiais de fácil acesso e comuns de se ter em casa, podendo sempre realizar adaptações com outros materiais, a exemplo, o uso de sucatas, como: papelão, caixas, garrafas pet, tampinhas; para as modelagens, massa de modelar com farinha de trigo; para pinturas, tintas naturais à base de água, cúrcuma, colorau, pó de café.

Uma das práticas de destaque da proposta pedagógica do CMEI é o desenvolvimento e a aprendizagem da criança por meio da interação em espaços organizados de forma simbólica. Esses espaços representam ambientes comuns na vida das crianças, e estão organizados com móveis e objetos para brincadeiras de casinha, supermercado, com jogos e fantasias,

possibilitando o exercício de habilidades como o imaginar, criar, descobrir, se relacionar consigo e com o outro, o faz de contas, explorar as artes e os movimentos. Para entrarmos em consonância com essa proposta propomos experiências em que as crianças pudessem ter contato com esse espaço, porém em suas próprias casas. Para ilustrar a nossa fala, destacaremos quatro das experiências que foram propostas.

### **Bichos que aparecem em casa**

Foi proposto para as crianças falarem ou fotografarem bichos que aparecem em casa. Elas relataram que aparecem grilos, escorpiões, formigas, baratas. Escolhemos o escorpião para fazer um estudo sobre ações que devem ser tomadas caso se depare com o inseto.

### **Cantinhos de brinquedos**

Geralmente fazíamos nos dias destinados à videochamadas com o propósito das crianças interagirem tanto com os colegas como com os familiares. Elas ficavam felizes, pois mostravam seus brinquedos, compartilhavam suas brincadeiras, faziam muitas perguntas, podíamos observar suas falas e suas preferências.

### **Cabaninhas**

Foi proposto às crianças que montassem uma cabaninha com materiais que tivessem em casa, como lençóis, colchão, cadeiras, travesseiros, entre outros. Dentro das cabaninhas elas poderiam levar os seus brinquedos e livros e convidar quem estivesse em casa para participar da brincadeira.

### **Feira**

A brincadeira de feira foi a culminância de um miniprojeto que teve como base a história *O menino que foi ao vento norte*, de Bia Bedran. As crianças montaram as suas bancas e brincaram de feira com os seus familiares, fazendo uso da comunicação, negociando as vendas, argumentando, tendo contato com o dinheiro simbólico que também foi confeccionado.

Em sua grande maioria, as propostas foram planejadas para que as famílias pudessem participar, buscando promover as interações familiares de maneira prazerosa. Nessa perspectiva, muitas temáticas foram abordadas, destacamos mais algumas delas: a contação de histórias de vida e a apreciação de álbuns de família, resgate de brincadeiras antigas,

alimentação saudável, higiene pessoal, valores humanos e o reconhecimento de sentimentos e emoções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessa experiência vivenciada, é possível realizarmos algumas pontuações que consideramos relevantes para a reflexão e a prática na educação infantil.

A nossa experiência com o ensino remoto reafirma a necessidade e a importância da relação família e escola, para que seja possível o trabalho em conjunto, visando o objetivo comum que é o melhor desenvolvimento das crianças. Acreditamos ser necessário criar espaços e formas de orientar às famílias sobre a proposta da educação infantil, evidenciando as práticas que são realizadas nos espaços escolares, bem como os seus objetivos, e envolvê-las promovendo momentos para a inclusão familiar e a sua participação ativa. Por meio do ensino remoto, devido a necessidade das famílias realizarem a mediação entre nós professoras e as crianças, pudemos ter contato mais próximo com essas famílias, oportunizando a elas possibilidades de reflexão sobre a educação e a importância dessa parceria. Assim, acreditamos que esse contato pode ser o começo de práticas que aproximem famílias e escola. Um segundo aspecto que é reafirmado é a primordialidade da formação continuada para professoras (es), que atendam as realidades dos contextos observando o que é contemporâneo. A exemplo, sugerimos temas potenciais como as tecnologias digitais e o desenvolvimento socioemocional, pois a pandemia trouxe à tona o debate da saúde emocional das professoras e do desenvolvimento socioemocional das crianças.

Também destacamos a disponibilização de recursos suficientes para o melhor desenvolvimento de nossas práticas, independente do formato de ensino, seja ele presencial ou remoto. Sabendo que o ensino remoto é considerado uma possibilidade em circunstâncias emergenciais, acreditamos também ser importante a elaboração de orientações para o seu exercício já que hoje sabemos da sua utilidade em situações como uma pandemia e em diversos momentos que impeçam as interações presenciais.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular – Brasília, 2017.

MACEIÓ, Projeto Político Pedagógico do CMEI Nossa Senhora da Guia. Maceió, 2021.

MACEIÓ, Referencial Curricular de Maceió para a Educação Infantil. Prefeitura de Maceió. Maceió, 2020.

PIAGET, J. Para onde vai a educação. José Olympio ed. 15ª edição. Rio de Janeiro, 1972/2000. <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/entra-em-vigor-estado-de-calamidade-publica-no-brasil>>. acesso em 16/11 às 19h38.

<<http://www.maceio.al.gov.br/coronavirus/coronavirus-decretos-municipais/>>. acesso em 16/11 às 19h50.

<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. acesso em 16/11 às 19h15.

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. acesso em 07/12 às 17h30.

<<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>>. acesso em 07/12 às 16h50.